

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Regozija-se com a posse da nova reitora da UFSC.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Cumprimenta a nova reitora da UFSC; comenta o relatório do Iprev sobre o processo das aposentadorias por invalidez na Alesc; refere-se à pesquisa do ministério da Saúde sobre o diabetes no país.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Relata sua participação no Fórum Pan-Americano de Ação sobre Doenças Crônicas não Transmissíveis, realizado em Brasília.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Destaca que a emenda ao PL 032/2012 redireciona a aplicação de parte dos recursos destinados à fibra ótica para o setor de

infraestrutura; cumprimenta o prefeito de Bom Jardim da Serra.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** (aparte) - Declara que é papel da comissão de Finanças auxiliar a busca da forma mais eficaz para a aplicação dos recursos públicos.

### **Partidos Políticos**

**DEPUTADO DIETER JANSSEN** - Parabeniza o governador e o secretário da Saúde pelo repasse de R\$ 50 milhões aos hospitais filantrópicos do estado.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Defende que as políticas públicas de restrição ao tabagismo sejam acompanhadas por medidas que possibilitem alternativas de renda aos fumicultores.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (aparte) - Ressalta a necessidade de o poder público estadual investir na recuperação de drogados.

**DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO** (aparte) - Agradece ao governador o repasse de recursos para o hospital de São José dos Cedros.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Destaca as iniciativas do governo federal na tentativa de baixar as taxas de juros praticadas pelos bancos no país; comenta a aprovação do PL n. 0032/2012.

**DEPUTADO DIETER JANSSEN** (aparte) - Parabeniza a presidente Dilma Rousseff pelo esforço para a queda dos juros bancários.

**DEPUTADO DIETER JANSSEN** (pela ordem) - Registra a presença de representantes de Massaranduba.

**DEPUTADO DANIEL TOZZO** - Comenta a destinação de R\$ 60 milhões para a prevenção e combate aos efeitos da estiagem no estado.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Classifica como sábia a emenda que deu prioridade ao setor de infraestrutura.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Comenta declarações do ex-secretário da Educação, Marco Tebaldi; apela que o Executivo estadual promova o reajuste salarial de 22% para o magistério em 2012.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Relata os encaminhamentos tomados para a construção da emenda, de sua autoria, que delimitou a aplicação dos recursos do PL n. 0032/2012.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (aparte) -

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Cumprimenta o deputado Gilmar Knaesel pela habilidade na elaboração do relatório ao PL n. 0032/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidoras e servidores deste Poder, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero, na manhã desta quinta-feira, fazer o registro de um acontecimento importante na capital do estado, mais precisamente na Universidade Federal de Santa Catarina. Pela primeira vez na história da nossa UFSC, que tem mais de 50 anos,

vão assumir a reitoria duas mulheres: a professora Roselane Neckel, como reitora, e a professora Lúcia Helena Martins Pacheco, como vice-reitora, em decorrência de um processo eleitoral realizado em novembro do ano passado. A posse será na noite de hoje, às 19h, no Centro de Cultura e Eventos da mesma universidade.

Quero não apenas registrar esse fato importante, duas professoras à frente da Universidade Federal de Santa Catarina, mas também a relevância da nova baliza política, programática de compreensão da universidade, da sociedade, do papel do ensino, do papel da pesquisa, do papel da extensão e do trabalho universitário voltados para uma determinada lógica de pensamento societário diferente da que vínhamos presenciando desde a fundação da UFSC. Duas mulheres que romperam com a direção política presente na universidade de forma histórica e persistente.

É evidente que tivemos diversos reitores nesse período, alguns mais abertos ao diálogo, outros nem tanto, principalmente no passado, antes da chamada redemocratização das universidades brasileiras, alguns vinculados diretamente aos setores mais fechados da sociedade, mais à direita, usando o termo tradicional, clássico, que para mim continua muito válido.

Pela primeira vez na história da UFSC o movimento popular à esquerda ganhou a administração central, a reitoria, por eleição, através do voto paritário, entre os três segmentos da instituição. A esquerda venceu a eleição com duas mulheres à frente: a professora Roselane Neckel e a professora Lúcia Helena Pacheco, que assumem na noite de hoje, repito, o comando da mais importante universidade de Santa Catarina.

Tive a oportunidade, quando jovem, de estudar numa universidade pública, oportunidade que, infelizmente, é dada a uma minoria de jovens brasileiros. Não entendo isso como um privilégio, mas como um direito da juventude, um direito da sociedade que precisa ser ampliado, pois todos os jovens do nosso país deveriam ter a possibilidade

de ingressar numa universidade pública, seja federal, estadual ou municipal.

Então, tive a grata satisfação de, na primeira metade da década de 90, estudar naquela universidade e de haver participado do movimento universitário, do movimento estudantil do Centro Acadêmico, do Diretório Central dos Estudantes, enfim, do movimento universitário no seu conjunto, juntando os três segmentos e buscando, inclusive, trazer a sociedade para dentro da universidade para discutir uma proposta mais voltada para os efetivos e reais interesses e problemas da sociedade catarinense.

Buscamos fazer isso na década de 90, entendendo que a sociedade que paga pela existência da universidade através de impostos, evidentemente precisa ter um retorno maior. Existe um retorno, mas existe também uma vinculação de caráter programático, ideológico e, por que não dizer, com os setores mais abastados da sociedade, o que faz com que os grandes monopólios acabem também controlando os desígnios e o futuro das universidades.

Então, esse histórico de militância e esse debate que continua no interior da UFSC tem sido reacendido pelo movimento estudantil, chamando os outros setores, nos últimos dois, três anos, para um movimento pela construção de uma universidade popular. Não de fazer um chalezinho ao lado para dizer que aquele é do povo. Não é isso. O conjunto da universidade precisa ser popular porque é pago pelo conjunto da sociedade, e do nosso ponto de vista é pago por aqueles que trabalham efetivamente, ou seja, pela classe trabalhadora que produz a riqueza e que financia tudo, inclusive a universidade.

A nossa alegria e satisfação é de compreender que com as professoras Roselane Neckel e Lúcia Helena Martins Pacheco poder-se-á avançar nessa direção. Evidentemente que não temos ilusões de que a universidade pode existir como uma instituição socialista no interior da sociedade brasileira atual, mas com certeza é possível redirecionar os objetivos, inclusive os

orçamentos, no sentido de abrir mais a universidade para o conjunto da sociedade, especialmente para aqueles setores que historicamente não têm acesso à universidade e para aqueles que não têm uma vida melhor proporcionada pelo conhecimento produzido na universidade, pela extensão produzida pela universidade.

Então, a nossa alegria é de ter claro que podemos dar alguns passos nessa direção a partir deste momento, inclusive pelo conjunto de pró-reitores, diretores, coordenadores que também estarão fazendo parte da nova administração.

A partir desta tribuna e deste modesto mandato de deputado estadual, como filho de agricultor pobre, de um praça da Polícia Militar, portanto pobre, que teve a oportunidade de estudar numa universidade federal, repito, não o privilégio, pois deveria ser um direito de todos os jovens brasileiros, e ter a possibilidade de a partir daqui parabenizar a comunidade universitária pela decisão, bem como parabenizar todos aqueles que participaram de forma democrática do processo e a todos os militantes do movimento universitário que construíram esta possibilidade, especialmente as professoras Roselane e Lúcia, que a partir de hoje serão reitora e vice-reitora da Universidade Federal de Santa Catarina.

Era esse o registro que gostaria de fazer, sr. presidente. Estaremos presente no ato de posse e, com certeza, viremos a esta tribuna para falar mais a respeito do assunto no decorrer do mandato das duas professoras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, de antemão também queremos cumprimentar a nova reitora da Universidade Federal de Santa Catarina, a professora Roselane Neckel, e sua vice-reitora, a

professora Lúcia Helena Martins Pacheco, porque esse é um marco histórico na nossa universidade, pois depois de 50 anos temos não apenas uma reitora, mas uma vice-reitora e aquela universidade continuará em boas mãos.

Quero também cumprimentar o reitor Álvaro Prata, que continua no cargo, pelo bom trabalho realizado à frente da UFSC, um reitor também arrojado nas suas determinações. Queremos parabenizá-lo também porque estará assumindo um cargo de extrema importância na Secretaria Nacional no Ministério de Ciência e Tecnologia.

Então, parabéns à nova reitora e ao ex-reitor Álvaro Prata, que representará o povo de Santa Catarina em Brasília.

Sr. presidente, quero repercutir o que diz a manchete de capa do *Diário Catarinense*: "Iprev vai pedir o cancelamento de 30 aposentadorias". São as aposentadorias por invalidez que foram construídas ao longo dos anos nesta Assembleia Legislativa por irresponsabilidade de muitas pessoas, não de poucas.

Esse levantamento do Iprev, diga-se de passagem, é uma resposta ao povo de Santa Catarina, mas continua tendo o meu questionamento, porque dos 211 aposentados por invalidez permanente - e esse relatório já deveria ter saído em junho do ano passado -, 87 são considerados realmente inválidos.

Comparando esses números com a estatística nacional de serviço público, poderíamos ter aqui, no máximo, 60 funcionários aposentados por invalidez permanente. No entanto, o Iprev já disse que há 87 que realmente foram considerados inválidos.

Sei das dificuldades em realizar uma perícia em vários servidores depois de tanto tempo, mas, de qualquer maneira, já temos uma prévia de que 30 aposentadorias deverão ser canceladas, além das que já vieram para cá, o que já é uma resposta ao povo catarinense. Mas a verdade é que ainda há 114 aposentadorias com indícios de irregularidade.

Espero apenas que o Iprev não leve mais um ano para nos dar uma resposta, porque dois é demais, é

motivo para fechar o Iprev também. Trinta dias é tempo suficiente para realizar a perícia em 211 funcionários e emitir os relatórios. Por mais que haja defesa jurídica, ela não está relacionada com os levantamentos médicos periciais.

Então, quero parabenizar parcialmente o presidente do Iprev, Adriano Zanotto, e dizer que estamos aguardando nesta Casa o resultado final desse trabalho, até porque por onde andamos somos questionados sobre o andamento desse processo.

Também quero referir-me, deputado Volnei Morastoni, à estatística apresentada pelo ministério da Saúde, atentando para o fato de que 5,6% dos brasileiros são portadores de diabetes.

Sabemos que no mundo contemporâneo, no qual vivemos submetidos a condições de estresse, pouca atividade física e alimentação irregular, ficamos mais vulneráveis ao aparecimento dessa doença.

Desses 5,6% de brasileiros que possuem a doença, as estatísticas mostraram que aqueles com menos escolaridade registraram um índice menor. Já entre as pessoas com segundo grau completo ou mais, o índice da doença chegou a 8,7%, ao passo que entre as pessoas que possuem apenas ensino fundamental, o índice ficou em 3,7%.

Isso nos leva a crer que essa estatística está incorreta, deputado Dieter Janssen, porque na realidade quem está informando que possui diabetes são as pessoas mais esclarecidas, justamente aquelas que procuram com mais frequência os médicos, as que fazem *check-up*, acompanhamentos mais rigorosos.

Então, faço aqui esse registro de que esses números apresentados pelo ministério da Saúde, com certeza, são inferiores à realidade nacional. E se partirmos da premissa de que temos 200 milhões de habitantes e colocarmos, em média, 6% portadores do diabetes, teremos no Brasil algo em torno de 12 milhões de doentes, o que é um índice significativo.

Por isso é importante que a secretaria de Saúde do estado trabalhe os programas preventivos de orientação à sociedade catarinense, até mesmo porque Florianópolis foi a 5ª cidade no ranking

nacional da doença e é a cidade onde mais se pratica exercícios físicos entre as capitais do país, uma cidade onde os índices de qualidade de vida são superiores à média nacional das grandes cidades e capitais.

Outro fator importante no controle do diabetes são os programas educacionais nas escolas, principalmente de escolas públicas, onde as refeições geralmente não seguem critérios rigorosos de nutrição. Esse é um fator preponderante que também leva as crianças a desenvolverem a doença quando estiverem com mais idade, e nesse caso chamamos de doença silenciosa, porque no início nada se sente.

O diabetes é uma doença que está acompanhada de outras patologias metabólicas, como altas taxas de colesterol, triglicerídeos etc.

Por isso o nosso registro da importância de se ter mais cuidado, principalmente nos programas preventivos das prefeituras municipais e do governo do estado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Na sequência, em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, estive participando nos dois últimos dias, em Brasília, do Fórum Pan-Americano de Ação sobre as Doenças Crônicas não Transmissíveis, que reuniu 36 países das três Américas, representantes do governo, dos Parlamentos, das universidades, do setor privado e da sociedade civil.

Tive a honra de representar a Unale, que é a nossa União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, naturalmente também representei a nossa Casa e a comissão de Saúde.

Numa reunião de que participei em Cuba, na cidade de Havana, realizada pela Confederação Parlamentar das Américas, fui escolhido vice-diretor da comissão da Saúde da referida Confederação e designado por essa instituição para representá-la não somente nesse evento, mas em

outros que acontecerão em Natal e em Assunção, no Paraguai.

Será um encontro dentro de temário que é decorrente da reunião da ONU, que no ano passado realizou um encontro mundial de chefes de estado e presidentes para chamar a atenção do mundo. E felizmente conseguiu o seu intento, ou seja, chamar a atenção do mundo para o problema das doenças crônicas não transmissíveis, que são muitas. Geralmente citamos apenas quatro grupos: câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crônicas. Mas há muitas outras doenças crônicas não transmissíveis, como as neurológicas: mal de Alzheimer, mal de Parkinson e tantas outras.

Nós poderíamos falar das doenças renais, poderíamos falar das doenças dermatológicas, poderíamos falar de tantas outras doenças mentais e das doenças reumatológicas, que também são crônicas não transmissíveis.

Com relação a estes quatros grupos de doenças que citei primeiramente, câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crônicas, cada vez mais as políticas públicas se voltarão para desenvolver ações para conter o seu avanço. Mas os países precisam sair da intenção, da boa vontade e dos discursos e passar para a prática e desenvolver ações governamentais urgentemente, articulados com o setor privado, com as organizações não governamentais, com universidades e assim por diante.

É intenção de que até 2025, portanto temos uma década pela frente, possamos reduzir os índices de mortalidade nessa área em 25%, o que representará uma grande economia para as nações e para a sociedade em geral.

Entre os principais fatores de risco para essas doenças o mais importante é o tabagismo, que é responsável por mais de 30% de todos os tipos de câncer. Mas já se avançou bastante. A ONU firmou, em 2006, o primeiro tratado de saúde pública do mundo. E o Brasil, que felizmente é signatário desse tratado, também já avançou bastante.

No meu primeiro mandato de deputado estadual, em 1995, fumava neste plenário, fumava-se nos corredores, fumava-se nos gabinetes, fumava-se nas salas de reuniões. Eu subia nesta tribuna com uma máscara apenas para denunciar essa situação insuportável.

Hoje não se fuma mais no plenário, nas salas de reuniões, nos corredores desta Casa. Esse é um exemplo claro dos avanços em termos de conscientização dos males do tabagismo.

Em Nova York, no ano passado, tive a oportunidade de assistir ao prefeito Bloomberg falar sobre os avanços da cidade nessa área, pois lá não se fuma mais nem nas praças nem nas praias.

O segundo maior causador dessas doenças é a má alimentação. Infelizmente, ainda temos muito que avançar e um dos temas apresentados nesse encontro foi o acordo firmado com a indústria brasileira para começar a controlar o sal nos alimentos. As pesquisas mostram que o brasileiro consome, em média, 12 gramas de sal por dia. É um alto teor. O objetivo é que até 2020 possamos reduzir para cinco gramas/dia, pois o excesso de sal causa hipertensão, que por sua vez causa enfartes e derrames.

Portanto, sobre isso vamos ter muito que falar, porque há um programa muito interessante promovido pelo ministério da Saúde, que na primeira etapa inclui cinco estados brasileiros, inclusive Santa Catarina. Devemos começar a reduzir o sal do pãozinho francês de todo dia, que faz parte do café dos brasileiros.

Além do sal, há o problema dos açúcares, das gorduras trans e o controle da obesidade. Eu sempre cito que quando me formei médico e fui fazer pediatria, o principal problema das crianças brasileiras era a fome, a desnutrição. Hoje essa realidade mudou, pois mesmo entre as crianças do Programa Bolsa Família, as pesquisas demonstram o excesso de peso e a obesidade por erro na alimentação, por falta de orientação, de informação.

Outro grave problema é o sedentarismo, e aí há um dado interessante que pude observar nesse

encontro: muitas cidades estão apresentando projetos de ciclovias, de calçadas onde as pessoas possam andar, de espaços públicos de lazer, como quadras poliesportivas e academias de ginástica. Há, inclusive, um dado interessante a esse respeito: se houver um espaço público com equipamentos para ginástica, para a prática de esportes próximo da residência, 30% a mais da população participa dessas atividades.

A quarta causa é o uso abusivo de álcool e em outras oportunidades gostaria de relatar essas experiências e traduzir isso em propostas concretas, em projetos de lei, para que esse Parlamento possa participar dessa grande empreitada mundial que se espalha pelos países, mas que tem que se espalhar pelos estados, pelas cidades e pelas instituições comunitárias, para que possamos vencer esse enorme desafio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, grande representante de Palhoça e da Grande Florianópolis, faço uso da tribuna, na manhã desta quinta-feira, para ressaltar a importância do dia de ontem, das sucessivas reuniões da comissão de Finanças e Orçamento, da qual faço parte, também a ação conjunta das comissões de Transporte e Desenvolvimento Urbano, da qual ocupo a presidência, juntamente com a comissão de Constituição e Justiça, onde pudemos dar celeridade ao processo para captação de recursos junto ao BNDES, no valor de R\$ 611 milhões.

É preciso ressaltar que para buscar financiamento é preciso ter capacidade de endividamento, e o estado tem feito o seu papel. O governo Raimundo Colombo e Eduardo Moreira tem desenvolvido, através da secretaria da Fazenda, o seu trabalho, possibilitando a capacidade de

endividamento para os investimentos necessários para Santa Catarina.

Foi muito polemizada essa situação ontem, porque na vertente desses recursos existiam aproximadamente R\$ 170 milhões que estariam destinados à fibra ótica, mas que num entendimento com o próprio secretário da Fazenda e o governo, parte desse recurso foi remanejada para a infraestrutura.

A parte que tocava à Defesa Civil para a contenção de cheias foi retirada uma parte para amenizar o sofrimento de aproximadamente 45 mil famílias no oeste de Santa Catarina em função da longa estiagem.

Houve vários apelos veementes feitos tanto pelo deputado Jean Kuhlmann, quanto pelos deputados Marcos Vieira e Plínio de Castro, além de outros. O relator foi o deputado Gilmar Knaesel e realmente acredito que chegamos a um entendimento.

Um dos apelos que fizemos ao governo foi para que destinasse parte desses recursos, deputado Aldo Schneider, para viabilizar a rodagem dos bitrens nas SCs, porque o Deinfra, ao nosso entender, equivocadamente, praticamente impossibilitou o trabalho desses veículos. Mas com a sensibilidade do próprio secretário do governo, deputado Valdir Cobalchini, com a participação da Fetranesc e deste Parlamento, houve o relaxamento da medida e os bitrens estão rodando normalmente.

Entretanto, é preciso que haja uma adequação do sistema rodoviário catarinense à realidade que estamos vivendo e para isso há necessidade de investimentos maciços na infraestrutura, tornando o estado mais musculoso e competitivo para agir num mercado perverso e globalizado.

Voltando aos recursos da Defesa Civil, a possibilidade de fazer duas frentes, uma na área de estiagem e outra na área de prevenção de cheias, creio que foi uma atitude sensata, coerente e lógica do Parlamento, porque as duas regiões e suas populações carecem de ajuda.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concedo um aparte ao líder do PMDB.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. deputado, gostaria de ratificar as falas de ontem em relação ao trabalho executado, durante 60 dias, pela comissão de Finanças e Tributação. Não tínhamos o objetivo, e nem temos esse direito, de tirar nem de colocar recursos para fazer isso ou aquilo, agora a comissão de Finanças e Tributação, no mérito do processo, tem a obrigação de, pelo menos, definir a destinação dos recursos que estão sendo alocados através de financiamento do BNDES.

E foi exatamente isso que fizemos ao longo de 60 dias. Se não construímos a proposta ideal, pelo menos construímos a possibilidade de criar as rubricas orçamentárias para que o governo, através das secretarias da Defesa Civil, da Infraestrutura, da Administração, da Justiça, possa executar os programas necessários ao desenvolvimento de cada área.

Entendo que o objetivo primeiro do projeto que adentrou a esta Casa era aprovar um financiamento de R\$ 611 milhões e ponto. O que fizemos, repito, foi criar as condições para que o governo estadual pudesse destinar parte desses recursos para aplacar as consequências nefastas da estiagem no oeste. Logicamente que esses recursos serão gastos em três anos e durante esse período o governo terá outras alternativas para atender aos problemas decorrentes das estiagens e das cheias.

Então, não vejo problema nenhum. Entendo que foi um voto muito claro no sentido de abrir essa questão da Defesa Civil para atender tanto às obras de prevenção contra as cheias quanto da estiagem.

Gostaria de deixar registrado isso, parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e agradecer-lhe pelo apoio na comissão.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider, v.exa. foi um dos grandes articuladores desse arranjo, justamente intermediando as tratativas entre o Parlamento e governo, para que se pudesse chegar a uma solução.

Quero aproveitar o ensejo para registrar a presença do amigo Ilton Luiz Machado, prefeito de Bom Jardim da Serra, e informar-lhe que, no meu primeiro pronunciamento como líder da bancada do Partido Progressista, enalteci o seu município, a sua administração, que é compartilhada com vários companheiros, inclusive com o grande amigo Rivaldo Macari. Todos estão orgulhosos com o reconhecimento, por parte da Confederação Nacional dos Municípios, que o município de Bom Jardim da Serra é o número 1 em gestão fiscal no Brasil, num universo de mais de cinco mil municípios. Isso demonstra o excelente desempenho prefeito e da sua equipe e dignifica o homem público, mostrando que vale a pena fazer política com seriedade.

Prefeito Ilton Luiz Machado, aproveitando esta oportunidade e na esteira do financiamento de R\$ 611 milhões, que servirão para a recuperação, revitalização e humanização das rodovias catarinenses, informo a v.exa. que vai adentrar a este Parlamento um projeto que solicita a anuência desta Casa para que o estado contrate um financiamento de R\$ 3 bilhões junto ao BNDES, com carência de cinco anos, juros acessíveis e 30 anos para pagar, como forma de compensação pela perda do ICMS de importação a partir de 1º de janeiro de 2013, recursos esses que também serão destinados para melhorar a infraestrutura do estado.

V.Exa. tem reiteradamente solicitado recursos para implantação da última fase do projeto Caminho das Neves, nos aparados da serra. Esperamos que o governo contemple nesses recursos essa obra, para que efetivamente o município faça a sua parte e o governo federal possa alocar os recursos necessários, viabilizando definitivamente essa integração de gaúchos e catarinenses, elevando ainda mais o potencial turístico do planalto serrano, que estará interligado ao litoral.

Por essa razão, sr. presidente, é com muita satisfação que usamos a tribuna na manhã desta quinta-feira para, na condição de presidente da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano e como membro da comissão de Finanças e Tributação, agradecer a este Parlamento pela sensibilidade,

coerência e posição firme em garimpar esses recursos para que possamos atender não só à Defesa Civil, mas também a questão da fibra ótica e da infraestrutura de todo o estado de Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Dieter Janssen, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital.

Rapidamente gostaria de parabenizar e agradecer ao governador Raimundo Colombo, ao secretário Dalmo Claro de Oliveira, ao secretário-adjunto Acélio Casagrande o repasse de R\$ 50 milhões à área da saúde, especificamente para os hospitais filantrópicos.

Ontem alguns deputados destacaram esse fato desta tribuna. Estiveram presentes os deputados das regiões atendidas e as diretorias de hospitais de todas as regiões de Santa Catarina. A nossa região, que compreende as cidades de Schroeder, Massaranduba, Corupá, Guaramirim, São João de Itaperiú, Barra Velha, particularmente Jaraguá do Sul, e também algumas cidades vizinhas - São Bento do Sul, Canoinhas e Mafra -, foi bem atendida.

Os nossos dois hospitais, o Hospital São José e a Hospital e Maternidade Jaraguá, têm diretorias importantes, com pessoal responsável e equipe médica bastante significativa.

No dia de ontem foi contemplado o Hospital e Maternidade Jaraguá, e estiveram presentes o sr. Rodolfo Francisco Hufenüssler, que é o responsável pela ampliação e reforma do hospital, o deputado Carlos Chiodini, que é da nossa região, este deputado, bem como o secretário de Desenvolvimento Regional Lio Tironi.

Fomos contemplados com R\$ 3 milhões, uma parcela dos R\$ 50 milhões destinados para todo o estado de Santa Catarina. Esses R\$ 3 milhões serão utilizados da seguinte maneira: R\$ 1,5 milhão para a ampliação do hospital e R\$ 1,5 milhão para a compra de equipamentos, visto ser um hospital muito conhecido na área de maternidade e pediatria. Os recursos serão também usados na área de cardiologia para atender todo o vale do Itapocu e também a serra.

Não queremos deixar de registrar um assunto que vimos debatendo nesta Casa, que é a questão da tabela do SUS. Ontem o governador Raimundo Colombo levantou a necessidade urgente de fazer a readequação da tabela do SUS. Durante a audiência pública que debateu essa questão, colocamos a necessidade de sensibilizar a presidente Dilma Rousseff no sentido de que se coloque a saúde como prioridade. Há muitas discussões importantes a serem feitas, como a reforma política e a reforma tributária, mas é preciso dar uma atenção bastante especial à saúde.

Sabemos das boas intenções da nossa presidente, que vem combatendo a corrupção com vigor. Sabemos que ela vem desenvolvendo grandes projetos, como o Minha Casa, Minha Vida. Somos defensores de tudo isso e temos certeza de que dias melhores virão. Todos nós trabalhamos pelo mesmo objetivo, mas é importante a questão levantada pelo governador da necessidade de reajustar a tabela SUS.

Segundo informações que obtivemos na audiência, de um custo aproximado de R\$ 1.000,00 por um procedimento médico, o SUS repassa para os hospitais apenas 36%, ou seja, R\$ 360,00. Isso faz com que os hospitais fiquem completamente defasados e no vermelho.

Sabemos que há necessidade de investimentos para que tenhamos centros cirúrgicos mais modernos. Sabemos o quanto custa manter atualizados os equipamentos. Sabemos o que custa manter uma equipe médica competente. Então, há realmente a necessidade de que os estados e o

governo federal, em conjunto, deem uma atenção especial à adequação da tabela do SUS.

Parabéns ao governador Raimundo Colombo e ao secretário Dalmo Claro de Oliveira! Que juntos possamos construir uma tabela do SUS mais justa para médicos e hospitais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, acompanhei atentamente a manifestação do deputado Volnei Morastoni sobre a questão do fumo. Lembro que tivemos nesta Casa debates acalorados com relação aos fumicultores, que têm perdido espaço no estado de Santa Catarina. Na época nos manifestamos no sentido de que o governo deveria encontrar alternativas para os fumicultores, ou seja, formas de fazer uma transição para que esses produtores, deputado Daniel Tozzo, migrassem para outras culturas que lhes permitissem continuar a sustentar suas famílias.

Hoje já não se permite fumar em quase nenhum ambiente fechado. Nos ambientes públicos também é proibido: restaurantes, salas de reuniões, hotéis. Enfim, a saúde tem sido preservada com essas ações. Mas o governo, os sindicatos e as federações devem encontrar uma solução para os produtores, sugerindo outro tipo de produto e financiando essa mudança, pois no começo as dificuldades serão muitas. Se assim for feito, resolver-se-ão dois problemas: o econômico e o de saúde pública.

Tenho a felicidade de não ter fumado nenhum cigarro até hoje e sei, como não fumante, o que já sofri, o que era ficar em ambiente fechado convivendo com os fumantes, deputado Volnei Morastoni.

A desculpa dada é sempre a proteção dos produtores! Então, vamos buscar financiamento para que os produtores de fumo passem para outra cultura e tenham capacidade de geração de renda que lhes permita promover o sustento da família.

É o caso da coca e da maconha na Bolívia e na Colômbia. Estes países justificavam que precisavam e dependiam dessas culturas que se destinavam para fins médicos, para fabricação de produtos farmacêuticos. Mas sabemos que, na verdade, toda a produção era voltada à produção de cocaína, que leva à morte milhares de pessoas em todo o mundo.

Sr. presidente, na questão dos hospitais, vejo que o governador Raimundo Colombo tem uma atenção especial com o assunto, que o secretário Dalmo de Oliveira é uma pessoa a quem reputo como preocupada com os investimentos na saúde em Santa Catarina, no sentido de equipar e ampliar os hospitais. Mas há ainda uma falha muito grande, que é a questão do tratamento dos dependentes químicos. Os nossos hospitais não estão preparados para atender aos usuários de álcool e muito menos aos usuários de *crack*, maconha e cocaína. Dependem, tanto o estado de Santa Catarina como o Brasil, das ONGs, sendo que a grande maioria delas é organizada e mantida por pessoas que têm algum familiar que conseguiu sair do vício.

Nós estivemos com o deputado Ismael dos Santos em Brasília, na Secretaria Nacional Antidrogas, e lá a secretária apresentou programas que estão disponíveis para todos os municípios brasileiros. O problema é que esses programas são pouco divulgados, pois existem muitas verbas do governo federal à disposição dos municípios para trabalhar a implementação de clínicas e também programas de prevenção e de recuperação de adictos.

Na verdade, os nossos hospitais não têm como misturar, num mesmo ambiente, gestantes, recém-nascidos, idosos com problemas de saúde e usuários de drogas.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Concedo um aparte ao ilustre deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Maurício Eskudlark, estou ouvindo seu discurso e quando v.exa. fala sobre drogas, não posso calar-me diante de um fato sobre o qual estou trabalhando há mais de três anos.

Tramita nesta Casa, infelizmente está parado numa comissão, projeto de lei de origem governamental, sobre o qual trabalhei arduamente no final do governo de Leonel Pavan, destinando um percentual do Fundo Social para as clínicas de reabilitação.

A presidente Dilma Rousseff já fez um grande serviço nessa área, que foi tirar as clínicas de reabilitação do setor da saúde, porque quando elas estavam com a saúde, havia uma exigência muito grande na questão sanitária, o que inviabilizava o funcionamento das casas de recuperação.

Há em Santa Catarina em torno de 2.500 leitos de reabilitação, todos em entidades que trabalham por amor. É como v.exa. falou: alguém que teve uma experiência desse tipo na família e que quer ajudar outras pessoas. E muitas vezes a Vigilância Sanitária exigia condutas como se as clínicas fossem hospitais. E não são. A ideia não é essa. Parece-me que há pessoas que preferem ver o camarada morando na rua, drogando-se, do que dentro de um estabelecimento recuperando-se. Mas a presidente Dilma Rousseff, por decreto, fez essa mudança, o que já representou uma ajuda bastante grande.

Quanto ao projeto a que me referi, os recursos seriam destinados a um fundo estadual de combate às drogas e destinados às entidades para melhorarem suas condições de atendimento.

Não dá mais para continuar como está. Vai chegar o Dia das Mães e quantas delas vão chorar por conta dos filhos que estão perdidos nas drogas?! É um caso de saúde pública.

No Rio de Janeiro, o governo estadual, deputado Plínio de Castro, faz o seguinte: constrói a parte física da clínica de reabilitação e entrega a administração, deputado Dieter Janssen, para uma ONG. Além disso, o governo

auxilia o custeio repassando um *per capita* por paciente internado.

Em Santa Catarina o Proerd faz um trabalho fantástico de prevenção, mas o problema é que já temos toda uma geração doente, que precisa ser atendida e essa obrigação é do poder público. Os drogados geram problemas de segurança, de saúde e familiar. A drogadição é um câncer que devemos extirpar. Mas nesse câncer a quimio e a radioterapia são as clínicas de reabilitação.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Deputado Kennedy Nunes, incorporamos o seu aparte ao nosso pronunciamento, porque sabemos que v.exa. tem muita preocupação com ele.

O Sr. Deputado Plínio de Castro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Deputado Maurício Eskudlark, estamos acompanhando a sua defesa, como homem da Segurança Pública, das clínicas de reabilitação e, sobretudo, sua preocupação com o combate às drogas e, por consequência, com as entidades filantrópicas e os hospitais de Santa Catarina.

V.Exa. acompanhou as audiências públicas do Orçamento Regionalizado no oeste de Santa Catarina, que contou com a presença do presidente e de membros da direção da Federação dos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina. Recebemos um relatório completo dessa instituição sobre as dificuldades das entidades da região de Chapecó, Maravilha e Joaçaba.

Assim, quero aproveitar sua generosidade e agradecer ao governador de Santa Catarina, que teve muita sensibilidade e destinou para o nosso hospital, uma entidade pequena, mas importante para municípios da região, R\$ 790 mil através de convênio. Quero ser justo, porque praticamente estamos reconstruindo a área física da nossa instituição.

Da mesma forma, queremos agradecer ao governo federal, à presidente Dilma Rousseff e ao ministério da Saúde, porque nos destinou uma verba

de R\$ 1,2 milhão. Por sua vez, a instituição colocou R\$ 420 mil de recursos próprios e os municípios de São José do Cedro e Princesa estão-nos ajudando também.

Por isso, quero agradecer a v.exa., que tem gerenciado a favor da nossa instituição e que tem uma grande preocupação com as entidades que prestam serviços relevantes a Santa Catarina.

Obrigado, deputado, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Agradeço aos deputados Kennedy Nunes e Plínio de Castro, que é presidente da Associação Hospitalar de São José dos Cedros.

Sr. presidente, todos devemos envolver-nos no combate, na prevenção e na recuperação do indivíduo que está envolvido com drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

(A deputada desiste.)

Com a desistência da deputada Dirce Heiderscheidt e não havendo mais deputados do PMDB interessados em ocupar a tribuna, ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos estão reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, assomei à tribuna no horário do meu partido dias atrás para falar sobre questões de conjuntura nacional, inclusive sobre a luta para baixar os juros no Brasil e da importância dessa luta.

Pois bem, muitos fatos ocorreram, inclusive uma suposta reação da Febrabam contestando a eficácia da queda dos juros, mas essa reação foi prontamente desmentida, especialmente ontem e anteontem, pela direção da entidade e dos bancos,

que estão anunciando agora que vão baixar os juros, indicando apoio à presidenta Dilma Rousseff.

Eu me refiro a isso porque a presidenta entrou em campo de forma efetiva nessa luta para a queda dos juros. Não querendo plagiar o ex-presidente Lula usando a sua frase, "nunca antes neste país", mas o fato é que talvez nunca antes um presidente se empenhou tanto para a queda dos juros bancários.

E a prova que de fato essas medidas têm dado resultado é que dois dos maiores bancos privados do país, o Itaú e o Bradesco, anunciaram que preparam reduções de juros cobrados de empresas e pessoas físicas.

Evidentemente que essa cruzada iniciou com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, que já fizeram três reduções de juros; os bancos privados fizeram uma redução, mas estão anunciando agora novas reduções. Entendemos que a queda dos juros é importante para o aquecimento da economia, para efetivamente podermos melhorar a situação do Brasil, uma situação que já dá inúmeros sinais positivos nos últimos anos.

Recentemente, foi divulgada uma matéria fazendo o comparativo da massa salarial do primeiro trimestre de 2012 com o primeiro trimestre do ano passado, constatando que houve um crescimento de 6,2%.

(Passa a ler.)

"No primeiro trimestre deste ano, a massa salarial, nas seis principais regiões metropolitanas, cresceu 6,2% acima da inflação em relação ao mesmo período de 2011, impulsionada pela alta de 18,8% na construção civil, de 7,9% nos chamados outros serviços (alojamento, transportes, limpeza urbana e serviços pessoais) e de 7,2% no segmento que engloba a administração pública até educação, saúde e serviços sociais."

Ou seja, o crescimento da massa salarial é importante e veio também, no caso da construção civil, através do reajuste de 14,1% do salário mínimo, que ajudou a impulsionar o rendimento real, que atingiu 12,2% no primeiro semestre,

tendo sido influenciado também pela escassez de mão-de-obra, segundo o economista Rafael Bacciotti.

Falamos em escassez de mão-de-obra porque nossa economia está aquecida e temos uma taxa de desemprego das menores que este país já teve, ao contrário das taxas europeias, onde a crise está muito grande, levando, inclusive, à mudança de governo na França nas últimas eleições, com a derrota do presidente Nicolas Sarkozy, que se deu exatamente por ter sido uma eleição plebiscitária em relação à política econômica, cujo fracasso vem acompanhado do fracasso de outros países, como a Grécia e a Espanha.

Então, temos uma Europa em crise, com taxas de desemprego crescente, e o Brasil com taxas crescentes de emprego, com o crescimento da massa salarial, com a redução da taxa de juros e com o aumento do movimento da construção civil, que é muito importante e decorre também do Minha Casa, Minha Vida, que dá oportunidade de aquisição da casa própria para milhares de pessoas.

Sabemos que temos que avançar muito, que temos muito a melhorar, mas esperamos que essa política conduzida de forma forte e coerente pela equipe do governo da nossa presidenta Dilma Rousseff possa continuar, pois o crescimento da economia e da massa salarial, associado à redução de juros trará mais benefícios para a grande maioria da população. Ao contrário do que dizia, em outros anos, o ex-ministro Delfim Neto, não é preciso deixar o bolo crescer para distribuir", demonstrou-se que distribuindo renda o bolo cresce melhor e com mais justiça, porque só há razão para o crescimento se ele for partilhado.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Nobre deputado, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, assim como a presidenta Dilma Rousseff pelas providências tomadas no sentido de baixar as taxas de juros.

Sempre acompanhamos pelos jornais e por toda a mídia as notícias acerca dos lucros dos bancos privados em nosso país. Enquanto v.exa. falava, estava lembrando de uma matéria que li na revista *Veja* ou *Exame*, não tenho certeza, mostrando a matemática dos bancos e como justificam esses altíssimos juros, colocando a culpa na inadimplência. Na realidade, o lucro é muito alto e suga o dinheiro do catarinense e do brasileiro, e isso não podemos aceitar.

Com muita coragem, a presidenta Dilma Rousseff mexeu nessa questão, o que propiciará um maior acesso ao crédito, o que, com certeza, fará muita diferença na hora do trabalhador pagar parcelado quando adquirir uma geladeira, um fogão, uma roupa, enfim, qualquer coisa. Inclusive, citei um exemplo de Jaraguá do Sul, com relação ao pagamento da pavimentação asfáltica: ou o cidadão paga à vista ou paga parcelado em um ano e meio, caso em que o valor quase dobra. É impossível trabalhar dessa maneira e com certeza é um dos problemas que está atrapalhando o crescimento do país.

Então, mais uma vez, parabéns a nossa presidenta!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado Dieter Janssen. Acho que a sua contribuição é importante e espero que efetivamente essa política nacional possa ser fortalecida cada vez mais.

Antes de encerrar, aproveito o último instante deste horário para fazer um breve comentário sobre um projeto aprovado ontem, referente a um empréstimo que o governo do estado está tomando junto ao BNDES, no valor de R\$ 611 milhões, deputado Serafim Venzon.

Esperamos que o governo agilize os trâmites para a efetiva execução das obras planejadas. Mas de tudo aquilo que o governo está planejando fazer com esse recurso, chamam a atenção três áreas fundamentais. A primeira delas é o combate às cheias no vale do Itajaí, que é a região mais atingida. Mas existem outras regiões que também precisam auxílio nesse sentido, inclusive

Concórdia, onde há um grande plano de combate a alagamentos, que ainda não recebeu nenhum centavo do governo. Acho que é importante o governo olhar para todos os municípios do estado.

A segunda área importante, deputado Daniel Tozzo, são as estiagens, principalmente no oeste, onde causou sete desastres ambientais graves nos últimos dez anos. Porém, o sul do estado, deputado José Milton Scheffer, também passou por problemas sérios relacionados à estiagem.

Dessa forma, os problemas de estiagens, assim como o de enchentes, não são um "privilégio", entre aspas, do vale do Itajaí, podem ocorrer em qualquer região do estado. É claro que há maior incidência em determinadas regiões e a região mais atingida é a oeste.

A terceira área fundamental é a infraestrutura. É importante que nossas rodovias sejam recuperadas, até porque há rodovias estaduais em péssimo estado de conservação e espero que o governo, com esses recursos, efetivamente promova as melhorias necessárias para todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Daniel Tozzo, por até 12 minutos.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dieter Janssen.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, gostaria apenas de registrar a presença do presidente da Câmara Municipal, vereador Pier Gustavo Berri, do vice-prefeito Armindo Sésar Tassi e de agricultores de Massaranduba, onde recentemente ocorreu a belíssima Fecarroz, na qual estivemos presente.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dieter Janssen, pelo registro.

Esta Presidência dá às boas-vindas aos representantes e agricultores de Massaranduba.

Agora, sim, com a palavra o sr. deputado Daniel Tozzo.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando o sr. presidente, os srs. parlamentares, a sra. deputada Luciane Carminatti, os visitantes que assistem a esta sessão, os catarinenses que estão-nos acompanhando através da Rádio Alesc Digital e da TVAL.

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao deputado Narcizo Parisotto pela forma com que conduziu a sua licença que eu pudesse assumir novamente uma cadeira neste Parlamento, dedicar-me aos trabalhos, buscar recursos e trazer reivindicações, principalmente da região oeste.

Quero agradecer ainda a recepção carinhosa e dizer que estou muito feliz por trabalhar num gabinete tão importante e tão dedicado ao estado. Esforçar-me-ei muito para continuar os trabalhos da melhor forma possível.

Vivemos, na última terça-feira, um dia polêmico nesta Casa com a votação da PEC do Corpo de Bombeiros. Recebi diversas manifestações muito favoráveis, outras não tanto, mas é preciso ressaltar o respeito e a forma educada com que se houveram neste plenário as diversas instituições que aqui estiveram. Realmente casa lotada, casa cheia. Acho que foi um exemplo de disciplina e fico feliz em ver que as nossas corporações, tanto a militar, quanto a voluntária, respeitam a democracia. Acho que foi um belo exemplo a ser seguido.

Quero dizer que votei de acordo com a minha consciência, que está tranquila. Consultei diversos municípios e quero deixar claro que o Corpo de Bombeiros Militar pode contar comigo em projetos futuros ou em qualquer reivindicação. Mas eu defendi e aprovei, sim, a PEC porque cada vez que uma vida for salva em Santa Catarina, deputado

Moacir Sopelsa, seja por um bombeiro militar ou por um voluntário, vou lembrar-me desse voto.

Outro assunto bastante debatido ontem, numa sessão até conturbada, foi a destinação dos recursos da Defesa Civil. Fiquei muito feliz em contemplar o estado de Santa Catarina inteiro e acho que o deputado Neodi Saretta colocou muito bem quando disse que a seca está no oeste, mas também está em outras regiões de Santa Catarina, assim como as cheias.

Eu trabalho no agronegócio, na agroindústria, e sei das dificuldades que o grande oeste de Santa Catarina enfrenta. Os nossos produtores rurais, que fizeram financiamento contando com a receita da lavoura, aqueles que compraram animais e que contavam com a renda da produção e que até tinham uma margem de segurança de 30%, com a seca perderam tudo. Eu pergunto: como esses produtores vão pagar a conta? Ainda bem que o governo federal vem reduzindo os juros das suas instituições bancárias: a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Os outros bancos vão seguir o mesmo exemplo. Isso ajuda!

Eu respeito os deputados que votaram contra, mas o oeste de Santa Catarina precisa de ajuda. Eu presenciei casos de caminhões pipas buscando água em outros municípios. Isso produz um impacto não somente no momento da seca, porque os produtores que se desfizeram dos seus animais ou que tiveram que sacrificá-los, pensam até em mudar de vida. Como esses agricultores vão ter ânimo para continuar na atividade, se aqui não tomarmos algumas atitudes, inclusive dividindo o dinheiro da Defesa Civil?

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Quero cumprimentar v.exa. pelo extraordinário trabalho que fez no ano passado nesta Casa, quando foi convocado por conta da coligação PMDB, DEM, PTB.

Com relação à distribuição dos R\$ 611 milhões que foram emprestados pelo BNDES, quero dizer que além desse dinheiro existe o compromisso do

governo federal de viabilizar mais R\$ 3 bilhões, como compensação das perdas que ocorrerão em função da aprovação da Resolução n. 72.

Então, foi muito sábia a iniciativa da comissão de Finanças, que é quem julga o mérito, de repartir em cinco grandes partes os R\$ 611 milhões, entre elas uma parte para a revitalização de algumas rodovias, que estão há 30 anos asfaltadas, mas nas quais nunca foi feita uma manutenção.

Já nos presídios serão investidos R\$ 60 milhões e mais R\$ 60 milhões para implantação de fibra ótica no território catarinense, pois precisamos levar a internet a todo o estado de Santa Catarina, a fim de fazer o que chamamos de inclusão digital.

É desejo do governo investir R\$ 200 milhões no vale do Itajaí para obras de contenção das cheias, mas havia a preocupação de, através de emenda, alocar R\$ 60 milhões para minimizar os efeitos da seca no oeste de Santa Catarina.

Então, estão de parabéns os deputados Gilmar Knaesel e Marcos Vieira, mesmo porque o projeto que aprovamos aqui tiveram o "de acordo" do governador Raimundo Colombo, do secretário da Fazenda, Nelson Serpa, do secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, do secretário da Administração, Milton Martini, e da secretária da Justiça e Cidadania, deputada Ada De Luca, a quem estão vinculados os presídios.

Com a aprovação desse projeto, o governo do estado terá à disposição um instrumento político e econômico para atender a todas as necessidades, sem prejudicar de nenhuma maneira a região do vale do rio Itajaí-Mirim.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon, por suas colocações.

Realmente o impacto econômico em nosso estado é bastante grande, e tenho certeza que medidas preventivas são muito importantes para que no ano que vem, quem sabe, se a estiagem voltar a castigar o oeste ou se as cheias voltarem a assustar o vale do Itajaí, tenhamos uma situação

melhor e estejamos mais preparados para enfrentá-las.

Já temos que enfrentar o fechamento para obras do aeroporto de Chapecó, o que compromete o setor hoteleiro, imaginem a questão da agricultura!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero, em primeiro lugar, agradecer aos deputados das comissões de Finanças e de Constituição e Justiça a aprovação dos recursos destinados à prevenção da estiagem e também das cheias. Mas quero fazê-lo abordando outro tema que, parece-me, demonstra o quanto esse problema não atinge apenas os municípios castigados pela estiagem, deputado Daniel Tozzo, no caso da grande região oeste.

Muitas famílias de agricultores, no período da estiagem, quando percebem a redução da produção e da renda, acabam achando que a única alternativa é abandonar o meio rural e deslocar-se para outras regiões, principalmente para o litoral catarinense.

Então, o fenômeno da estiagem no oeste acaba atingindo todo o estado de Santa Catarina e é por isso que os deputados precisam ter um olhar mais solidário e comprometido com o desenvolvimento de Santa Catarina.

Se olharmos as periferias da Grande Florianópolis, encontraremos, com certeza, muitas famílias vindas do oeste de Santa Catarina. Se perguntarmos por que vieram parar em Florianópolis, talvez muitos digam que vieram em busca de emprego e de uma renda melhor, porque a lavoura não lhes garantia mais isso.

Então, quando conseguimos aprovar, no dia de ontem, R\$ 60 milhões para a prevenção à seca, estamos antecipando-nos, para que esse fenômeno possa ser minimizado, pelo menos.

Assim, quero parabenizar os colegas e dizer que foi um gesto que valorizou os agricultores

atingidos pela estiagem, que precisam não apenas de obras de prevenção à seca, mas de ajuda para sobreviver agora. Muitos estão amargando prejuízos neste momento e estão enfrentando o problema de falta de renda.

Hoje os prefeitos também estão enfrentando o impacto nas receitas com a queda da sua arrecadação. Então, precisamos atacar em duas frentes: na prevenção e na garantia de renda neste momento.

Mas quero, srs. deputados, fazer uma manifestação com relação à greve dos professores, que foi encerrada na última terça-feira depois de uma assembleia estadual. Como não poderia deixar de ser, estive em todas as assembleias estaduais da categoria desde o ano passado e quero registrar que chocou muitos professores a manifestação do ex-secretário de Educação, quando tratou das finanças dessa área.

Ele assumiu no dia 1º de março sua cadeira na Câmara Federal e afirmou ao repórter da *Rádio Som Maior*, ao vivo, que lhe perguntara sobre a questão do salário e do piso, o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...] o estado teria condições de pagar o piso de R\$ 1.451,00. A minha ideia era diferente [...], estabelecer um cronograma de parcelamento [...]. De fato aperta um pouco, mas se o estado quiser, tem dinheiro [...], o estado tem dinheiro; a Educação financia parte do estado, dos poderes [...], depois disto vai para o caixa geral do estado [...]. O gestor da educação não sabe o que acontece [...], nós não sabemos nada [...], recebemos uma cota e o dinheiro [...], o governo usa o dinheiro para pagar os inativos, o ensino superior, as bolsas de estudos [...] R\$ 104 milhões para bolsas, salário da Educação Especial, do Ciasc." [sic]

Essa manifestação está provocando uma reação muito forte por parte dos educadores, através das redes sociais, que questionam, por exemplo, o conteúdo da fala. Para nós não é novidade, mas agora parte de alguém que até pouco tempo era responsável pela gestão da Educação em Santa

Catarina. Outro detalhe importante é a autoria, ou seja, deputado Kennedy Nunes, o ex-secretário da Educação é quem afirma que o dinheiro não vai somente para essa área.

Como disse, para nós não é novidade, pois desde o ano passado estamos percebendo que o Tribunal de Contas faz observações e ressalvas acerca das contas do governo nessa área. Mas quero dizer que isso continuará sendo objeto de discussão, de denúncia e também de acompanhamento de nossa parte.

Ontem, dia 9 de maio, após a suspensão da greve, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação retomou a discussão do reajuste de 22% para 2012, que o governo estadual quer jogar para 2013. É importante que o governo faça um esforço e pague esse reajuste ainda em 2012, porque em 2013 haverá novo reajuste.

Após a negociação que está sendo feita entre o governo e o sindicato, uma nova tabela provisória deve vir a esta Casa adequando esse percentual na carreira do professor. E nós precisamos cobrar do governo do estado agilidade, muito embora o seu compromisso seja de duas negociações por semana até o final deste mês, após o que o projeto virá para os parlamentares apreciarem a tabela provisória.

Por que digo provisória? Porque é preciso recompor os níveis com relação à carreira e à progressão que foi aprovada na assembleia da categoria em Lages, que trabalha com seis níveis e dez referências, conforme abaixo:

- A diferença entre profissional de Magistério e nível superior não deve ser inferior a 63%;
- A diferença entre nível superior com especialização não deve ser inferior a 20%;
- A diferença entre superior e mestrado não deve ser inferior a 50% (em relação ao nível superior.)

Além disso, existe a progressão nos níveis a qualquer tempo. Ou seja, se entro como concursada

com graduação e concluo o mestrado ou doutorado, automaticamente passo a ter esse percentual sem aguardar prazo algum.

Da mesma forma, a progressão nas referências deve acontecer anualmente com 40 horas de curso e os cursos devem ser financiados pelo estado respeitando autonomia de cada escola.

Então, esse é o debate colocado pela categoria que estamos acompanhando. Queremos dizer que cabe ao governo demonstrar boa vontade e adequar as finanças conforme o próprio secretário de Educação afirmou. Dinheiro da Educação tem que ficar na Educação, para a Educação, sem financiar qualquer outra despesa do estado.

A categoria pede ainda que não haja punição com relação a esses 16 dias de greve e aguarda um calendário que ficou sob a responsabilidade do governo apresentar: um calendário de reposição.

Então, é esse o nosso recado e a nossa manifestação.

Sr. presidente, obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0342/2011, de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Esta Presidência também comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0190/2012 e 0191/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0192/2012 e 0193/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0194/2012, 0195/2012, 0196/2012 e 0204/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0197/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0198/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0199/2012, 0200/2012, 0201/2012, 0202/2012, 0203/2012 e 0208/2012, de autoria do deputado Dieter Janssen; 0205/2012 e 0206/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0207/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos também que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0463/2012, 0464/2012, 0465/2012 e 0466/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0467/2012 e 0468/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0469/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0470/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0471/2012, 0472/2012, 0473/2012, 0474/2012, 0475/2012, 0476/2012, 0477/2012 e 0478/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0479/2012 e 0480/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; e 0481/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Pedido de Informação n. 0036/2012, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre o relatório final da auditoria especial que apurou a denúncia de licitação dirigida na secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador, Escola Básica Orlando Dotti, objeto do processo PSEF n. 40004104/SEF n. 00019448/2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, imprensa e todos que nos acompanham nesta sessão.

Ainda fazendo o rescaldo da votação de ontem, é extremamente importante passar algumas informações para que fiquem registradas nos anais da Casa e não fique a impressão de que, no dia de ontem, aprovamos a retirada de recursos para a prevenção de cheias, deslocando-os para a prevenção à estiagem. Não foi esse o objetivo, não foi essa a intenção e não foi o que aprovamos.

É importante ressaltar que há muito tempo o governo buscava parceria para financiamentos nacionais ou internacionais e conseguiu agora, junto ao BNDES, uma linha de crédito expressiva no valor de R\$ 611 milhões. Para sua consecução precisava da autorização legislativa. A comissão de Finanças e Tributação detectou que o projeto tinha que ter informações adicionais, no sentido de que pudéssemos ter certeza de quais áreas seriam beneficiadas.

Assim, procedemos ao primeiro pedido de informação junto ao Poder Executivo, especialmente à secretaria da Fazenda e depois às demais secretarias, para obtermos a listagem das áreas e setores nos quais os referidos recursos seriam investidos. Na ocasião houve a possibilidade da vinda de secretários a esta Casa, no sentido de exporem o seu posicionamento e sua visão da matéria.

Houve uma falha, uma lacuna, que devemos ressaltar mais uma vez: a Defesa Civil. Infelizmente, não chegou às mãos do secretário Geraldo Althoff o convite para participar dessa discussão interna na comissão de Finanças. As informações, entretanto, foram prestadas via ofício, no tocante ao valor e às áreas que seriam atendidas em cada município.

Como na fase final da discussão eu estava em viagem internacional, o deputado Aldo Schneider, líder da bancada do PMDB, juntamente com o presidente da comissão, deputado Marcos Vieira, fizeram a condução do processo junto às secretarias específicas no sentido do entendimento final. Já na segunda-feira, com o nosso retorno, já com o presidente marcando a pauta da votação, terminamos o relatório e tomamos cuidado para fazer ainda os contatos com as áreas específicas. Eu fiz um contato telefônico com o secretário Geraldo Althoff, colocando a situação. Ele desconhecia essa realidade dos recursos que seriam alocados para a área de contenção de secas. Disse-lhe que havia um entendimento com o secretário da Fazenda, encaminhado pelos deputados Marcos Vieira e Aldo Schneider. Ele fez um contato com a

Fazenda, o que me deu a garantia de que não haveria dificuldade para o encaminhamento da forma como havia sido acordado com os deputados.

E dessa forma fizemos o relatório, que foi aprovado ontem, aqui em plenário, com exceção do deputado Jean Kuhlmann e de outros deputados que a ele se associaram, que pretendiam que os recursos fossem integralmente para a contenção de cheias.

Eu sou do vale do Itajaí, minha principal base eleitoral lá está, mas em primeiro lugar sou catarinense, preciso ter a visão do estado. Além disso, como relator da matéria minha responsabilidade é maior ainda. Recebi emendas de vários deputados e quero dizer que conheço a realidade do oeste de Santa Catarina, tenho base eleitoral naquela região também e fiz de forma muito consciente o meu relatório final no sentido de alocarmos recursos também para a contenção das secas em nosso estado.

Então, de forma transparente e democrática, como sempre agi em todos os setores em que atuei nesta Casa, seja na Presidência ou nas comissões técnicas, tentei conciliar os interesses da maioria dos deputados, pois, afinal de contas, estamos num Parlamento onde todos temos o direito e o dever de defender nossos pontos de vista e atender à sociedade da melhor forma possível.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Gilmar Knaesel, não posso fazer nenhuma ressalva ao que v.exa. falou com relação a sua atitude muito transparente e conciliadora. Quero apenas colocar uma preocupação referente a um erro do governo, que não mandou junto com o projeto a destinação, o carimbo, deixando-nos sem saber como e onde seriam gastos os recursos.

A minha preocupação é que como se trata do BNDES, se houver alguma mudança no projeto, tudo volta à estaca zero. Por isso a minha preocupação e o governo agora que corra atrás para fazer a coisa não voltar à estaca zero lá no BNDES.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado, e realmente a sua preocupação é pertinente, mas o secretário da Fazenda, Nelson Serpa, do qual todos conhecem o caráter e o trabalho, disse-me que os técnicos já fizeram contato com o BNDES e que não há óbice por daquela instituição financeira em remanejar parte dos recursos para minimizar o problema das estiagens. Nós tivemos essa preocupação e esse cuidado, deputado Kennedy Nunes, para não ter problemas lá na frente.

Deputado, sei que v.exa. teve dificuldades ontem, na votação, mas colocou-se muito bem no sentido de dar apoio ao nosso relatório, e por isso quero agradecer-lhe. Sei que v.exa. tem uma base eleitoral no vale do Itajaí, principalmente em Brusque, Botuverá e Guabiruba, cidades que também sofrem com as cheias. Contudo, de forma muito consciente olhou para o estado como um todo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado, quero cumprimentá-lo pela habilidade, pela sensibilidade ao listar aquelas cinco áreas: infraestrutura, cabeamento ótico, presídios, cheias e estiagem. Certamente que esses R\$ 611 milhões serão insuficientes para atender tudo, mas sabemos que o governo federal tem a disposição de viabilizar mais recursos, também através do BNDES, com os quais o governador poderá dar seguimento às obras planejadas.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - V.Exa. foi parceiro importante na aprovação.

Para finalizar, sr. presidente, quero fazer uma referência muito especial ao secretário Geraldo Althoff, que conheço há muito tempo, uma pessoa que não é por acaso que foi escolhida para secretário da Defesa Civil, uma pessoa competente, politicamente hábil e com quem conversei longamente durante a discussão. Sei que ele está irmanado nesse processo, principalmente na questão da estiagem, que também é uma área que a Defesa Civil precisa atender.

Por isso, quero fazer uma referência especial ao secretário, que foi prejudicado na discussão, mas com certeza haverá outros momentos em que seremos mais parceiros...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.



